

Abril de 2023

116

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



FOGO

Número 116, abril de 2023

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
larissa@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Maria Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Base-Is
mpalau@baseis.org.py

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Desenho e formatação

Sebastián D'Amen
sebastian_damen@hotmail.com

EDITORIAL:

Fogo sobre fogo 1

A articulação Agro é Fogo no enfrentamento de incêndios criminosos no Brasil

Valeria Pereira Santos, Gilberto Lima dos Santos, Raimundo Alves da Silva 3

Argentina em chamas

Mauricio Cornaglia 7

Incêndios e agronegócio no Cone Sul

Elizabeth Bravo (Acción Ecológica) 11

Nossas regiões ainda estão em chamas, nossos corações também

Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Anamuri) 15

O modelo florestal semeia a pobreza e faz o inferno viver nos setores rurais de territórios camponeses e indígenas

Jacqueline Arriagada (Anamuri) 17

O que arde são as monoculturas!

Nathalia Bonilla (Acción Ecológica) 19

Agricultura de montanha

José Godoy y Ramón Vera-Herrera 23

Novamente as fotos vêm de toda a América Latina, a Matria Grande onde as selvas, as florestas, os campos são queimados por ordens de corporações e cartéis criminosos. Foram tiradas pelo Greenpeace, Lauro Rodríguez, Amanda Costa, Consuelo Pagaza, Prometeo Lucero, Ludmila Pereira, Leandro Santos, João Paulo Guimarães, Julieta Ameglio, Sebastián Pancheri, Jerónimo Palomares e Iván Castaneira. Agradecemos a todas e todos pela colaboração.

Um acervo que se deve sobretudo a todos os laços que tecemos entre todas as pessoas, comunidades e organizações que nos reconhecemos na Alianza. Vêm do Brasil, Chile, Argentina, América Central, México, Equador e refletem o caos provocado pelo agronegócio para expandir sua riqueza ancorado na destruição.

Agradecemos sempre ao Carlos Vicente pela sementeira
Agradecemos o apoio RSF Small Planet Fund de RSF Social Finance
A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico.



Karipuna, Rondônia. Foto: Christian Braga_(Greenpeace), setembro de 2021

EDITORIAL: FOGO SOBRE FOGO

É notável — e a mídia de todos os matizes relata todos os dias. Tornou-se uma conversa frequente falar sobre incêndios. No âmbito rural, e nas cidades. Os incêndios florestais estão aumentando em frequência, mas também estão se intensificando. O que está ocorrendo? Desde logo há quem responda: são as mudanças climáticas, são os aumentos excessivos da temperatura. É a seca, a falta de água, que aumenta e parece tomar conta do planeta. Mas também se aponta a mão de homens e mulheres. Grupos empresariais ou cacicados regionais ávidos por terra, para avançar a fronteira agrícola e apoderar-se de terra, aumentar suas plantações de banana, manga, abacaxi, agave, mas agora sobretudo abacate ou hortaliças em estufas, que também aumentam. Essa gente não hesita em provocar incêndios, sem levar em consideração os possíveis desequilíbrios, a perda de vidas humanas, a destruição de casas, galpões, ranchos. Tampouco se importam com a destruição da vida selvagem: animais, plantas, fungos, microrganismos.

E certamente são todas as causas anteriores, que, além disso, estão interligadas provocando círculos viciosos, das fazendas industriais, do efeito estufa da produção e do transporte. O sistema capitalista industrial, sem sombra de dúvida. Também não há dúvida de que as taxas de incêndios intencionais são altas em qualquer lugar do mundo.

Para quem provoca os incêndios nada importa. Aqueles de nós que sofreram com os incêndios também percebem que nada importa para eles. O fogo queima não só a floresta, ou a terra, mas as atitudes de quem busca o controle de tudo sem razão lógica, e muito menos justiça.

No início de 2022, o PNUMA já alertava, e dizia em seu relatório *Fronteiras 2022: Barulho, Chamas e Descompasso: Questões Emergentes de Preocupação Ambiental* que “os incêndios florestais estão ocorrendo com maior gravidade e frequência”. A agência das Nações Unidas também apontava como motivo de preocupação o aumento do ruído [ou poluição sonora, como agora é chamado] e as interrupções em determinados momentos das etapas do ciclo de vida em sistemas naturais, os chamados “desequilíbrios fenológicos” — as alterações nos ciclos recorrentes dentro dos quais as espécies interagem. Quando as condições são interrompidas por eventos abruptos e inesperados, essas interações são interrompidas já que que “plantas e animais nos ecossistemas terrestres, aquáticos e marinhos usam a temperatura, a duração do dia ou da chuva como sinais de quando abrir a folha, florescer, dar frutos, reproduzir-se, nidificar, polinizar, migrar ou transformar-se”. Tudo isso é afetado pelos incêndios, principalmente se forem intencionais.

Assim sendo, as inusitadas conexões com outros fenômenos podem “desencadear tempestades elétricas, o que poderia agravar os incêndios através de velocidades erráticas do

vento que podem provocar mais raios que, por sua vez, gerariam novos incêndios” numa espiral incendiária incontrolável.

De acordo com o relatório, entre 2002 e 2016, uma média de 423 milhões de hectares de superfície foi queimada, algo equivalente ao tamanho da União Europeia. O relatório afirma que “67% da área global queimada por todos os tipos de incêndios, incluindo incêndios florestais, estava localizada no continente africano”.

Algo muito interessante sobre o relatório é que o PNUMA aceita que a mudança no uso do solo é outro fator de risco, incluindo o corte comercial e o desmatamento para lavouras, pastagens e expansão das cidades. O relatório também reconhece: “Outra causa da proliferação de incêndios florestais é a supressão agressiva do fogo natural, essencial em alguns sistemas da Natureza para limitar as quantidades de folhagem morta inflamável, e as **políticas inadequadas de manejo do fogo que excluem as práticas tradicionais de manejo do fogo e os saberes indígenas**”.

Mas o alarme se propaga, e foi por isso que em dezembro de 2019 “o Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza (TIDN) ouviu e admitiu o caso dos incêndios florestais na Bolívia, como parte do caso Amazônia, em Santiago do Chile. Em 13 de janeiro de 2020, emitiu um veredicto, no qual solicitou às autoridades nacionais a revogação de certas disposições legais que ‘incentivaram e facilitaram as queimadas’ registradas entre julho e novembro de 2018”.

“Durante três dias, as e os juízes Nancy Yáñez (Chile), Felício Pontes (Brasil) e Patricia Gualinga (Equador) ouviram cerca de 15 testemunhos de representantes de povos indígenas, ativistas, bombeiros voluntários, funcionários de áreas protegidas, do Governo de Santa Cruz, de municípios e de membros dos comitês de gestão. O Tribunal determinou que os incêndios ocorridos em 2019 na Chiquitania, na Amazônia e no Chaco boliviano foram um ecocídio provocado pela política de Estado e pelo agronegócio, e apontou que as leis que promovem os incêndios e a depredação das florestas devem ser revogadas”.

Recentemente, no Tribunal Permanente dos Povos, na Sessão Cerrado, a acusação apresentada pelo Capítulo Brasil apontava algumas causas: “Um elemento associado ao aumento do desmatamento são os incêndios florestais: 10 mil em 2019 e 22 mil em 2020. O que nem sempre ocupa as manchetes são as dinâmicas conflituosas e criminosas que estão no epicentro dos incêndios florestais, e que o fogo é frequentemente utilizado como instrumento de controle territorial por quem desmata e monopoliza ilegalmente a terra. [...] O fogo é usado para consolidar a grilagem de terras, encobrir a invasão de terras públicas, o crime ambiental (o desmatamento ilegal) e finalizar o desmatamento, dando aparência de que são terras em uso agrícola ou que servem para pastoreio ou, em algumas regiões, áreas de monocultivo”.

Os dados confirmam que os incêndios estão se espalhando e agora estão queimando quase o dobro da cobertura arbórea do que há vinte anos. Em 2022, os incêndios florestais queimaram 3 milhões de hectares a mais do que em 2001. Segundo o *World Resources Institute*, “2021 foi um dos piores anos para os incêndios florestais desde o início do século 21, pois provocou uma perda de cobertura arbórea de 9,3 milhões de hectares globalmente (mais de um terço de toda a perda de cobertura arbórea ocorrida naquele ano).

É verdade que hoje as ondas de calor extremo têm 5 vezes mais probabilidade de ocorrer, provocando seca e um ambiente seco, propício a incêndios que, novamente, são fáceis de desencadear círculos viciosos incontroláveis.

Só no México, para citar um exemplo entre tantos na América Latina, entre janeiro e março de 2022 registrou-se uma média de 18 incêndios por dia, num total de 1.497, dos quais 42,42% foram por atividades ilegais e 12,09% por causas desconhecidas.

Nesta edição da Biodiversidade, decidimos compartilhar as experiências entre Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, México, Paraguai e outras áreas continentais, indagando sobre causas, e buscando propostas de proteção e prevenção. 🍄

A ARTICULAÇÃO AGRO É FOGO NO ENFRENTAMENTO DE INCÊNDIOS CRIMINOSOS NO BRASIL

Valéria Pereira Santos, Gilberto Lima dos Santos e Raimundo Alves da Silva

Em quase quatro décadas, de 1985 a 2020, o Brasil queimou cerca de um quinto de seu território. Cerca de 65% da área queimada era de vegetação nativa, dentre essas 85% eram áreas de savanas e florestas tropicais. O maior número de ocorrências foi nos estados de Mato Grosso, Pará e Tocantins, que estão localizados na área de transição Cerrado-Amazônia, região do chamado arco do desmatamento. Os dados também apontam que os incêndios não estavam somente relacionados ao período de estiagem de cada região, mas tinham uma relação histórica com o desmatamento e a recuperação de pastagens.

Durante o governo Bolsonaro, a situação ficou fora de

controle. E o episódio conhecido como o “Dia do Fogo”, ocorrido em 10 de agosto de 2019, acendeu mais um alerta sobre os efeitos do bolsonarismo no campo, a situação dos incêndios criminosos no território brasileiro. O “Dia do Fogo” foi uma ação planejada por fazendeiros e grileiros, que atearam fogo em uma área de floresta amazônica nas proximidades da rodovia BR-163, na região de Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingú, no estado do Pará, com o intuito de ampliar suas áreas de pastagens. Entre as áreas disputadas pelos grileiros e atingidas pela ação criminosa, estava a Floresta Nacional do Jamanxim, reserva nacional de 1,3 milhão de hectares e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)

Incêndio em Cherán, Michoacán, México. Foto: Consuelo Pagaza



Terra Nossa, ambos criados em 2006.

No ano seguinte, em 2020, no período mais crítico da estiagem no Pantanal, incêndios semelhantes ao “Dia do Fogo” se espalharam pelos campos. E, devido à grande quantidade de biomassa seca e aos ventos fortes, em um mês se queimou cerca de 30% do território pantaneiro, atingindo centenas de comunidades, principalmente nos municípios de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e Poconé e Cáceres, no Mato Grosso, região de expansão da fronteira agrícola.

Além das áreas queimadas identificadas pelas plataformas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), os dados registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC/CPT), em colaboração com o Agro é Fogo, mostram que os povos indígenas e as comunidades tradicionais que não têm suas terras demarcadas e tituladas representam a maior parcela da população impactada pelos conflitos no campo envolvendo incêndios criminosos. São as regiões onde estão localizados os projetos de desenvolvimento do agronegócio, como a Amacro (ou Zona de Desenvolvimento Sustentável Abuanã-Madeira) e o Matopiba, responsáveis pela maioria das ocorrências de conflitos em 2020 e 2021.

Em resposta à situação catastrófica do Brasil em chamas, o governo Bolsonaro mentiu descaradamente sobre as causas e sobre sua responsabilidade em relação aos incêndios criminosos. Em seus discursos, Bolsonaro não hesitou em responsabilizar e criminalizar os povos e comunidades tradicionais pelo ocorrido. Toda essa situação gerou indignação, principalmente nas comunidades e suas organizações. Portanto, era urgente fortalecer e articular as ações que as organizações vinham realizando nas suas bases.

Articulação Agro é Fogo – AéF

A Agro é Fogo surgiu em 2020, como uma articulação política em reação aos incêndios florestais que assolaram o Brasil. É uma coalizão formada por mais de 30 organizações, entre pastorais do campo, movimentos sociais camponeses, indígenas, negros e quilombolas, organizações não governamentais, grupos de pesquisas e pesquisadores aliados a esta causa, lideranças de povos e comunidades tradicionais. Somos uma rede que tem como missão articular lutas em defesa dos povos e territórios do Pantanal, Cerrado e Amazônia. Somos movidos não só pela necessidade de qualificar o debate público, mas, sobretudo, de ir além dos focos de incêndios



registradas pelas imagens de satélite e números de desmatamento, trazendo a dimensão do conflito vivido no chão da floresta, das águas e dos sertões.

Temos como propósito fazer enfrentamento ao processo de expansão e consolidação do agronegócio, da mineração e das madeireiras que se utilizam de incêndios, desmatamento e grilagem para avançar sobre as terras tradicionalmente ocupadas e áreas de conservação. Nosso objetivo é dar visibilidade aos conflitos e violências relacionados aos incêndios e expor os atores envolvidos, estabelecendo conexões com as cadeias globais de produção e consumo; fortalecer as estratégias e mecanismos de resistências autônomas das comunidades; e facilitar processos de formação e troca de experiências de prevenção e combate aos incêndios criminosos, desmatamento e grilagem. A atuação da Articulação Agro é Fogo está centrada em três eixos: comunicação popular; incidência política, e apoio e fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais e camponesas, sempre em diálogo e parceria com as organizações de base que as acompanham.

Em seu primeiro ano de atuação, em carta pública assinada por mais de 90 entidades brasileiras, a AéF demarcou sua posição de denúncia dos incêndios crimino-



Quilombo Cocalinho, Maranhão, Brasil. Foto: Leandro Santos

Foto: João Paulo Guimarães



sos, afirmando a distinção entre o uso do fogo pelo agronegócio e o uso do fogo manejado por povos e comunidades tradicionais e camponesas e comunidades, distinção essa que estava ausente na grande mídia:



O fogo é um elemento da natureza manejado com sabedoria e cuidado pelos povos indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais e de base camponesa na Amazônia, Cerrado e Pantanal há milênios. Os saberes desenvolvidos ao longo de muitas gerações, adaptados a distintos ecossistemas e herdados por esses povos e comunidades, permitiram a conservação e multiplicação da biodiversidade, e o manejo de longo prazo da paisagem agroflorestal. Com outras intenções e em outras escalas, a cadeia AGRO utiliza o fogo associado, de forma direta ou indiretamente, a processos de desmatamento e grilagem de terras, buscando promover e consolidar a expansão da fronteira agrícola. Os incêndios florestais provocados no caminho causam devastação ambiental e, ao mesmo tempo, constituem uma arma para ameaçar e expulsar os povos e comunidades de seus territórios de vida”.

Assim, assumimos o nome *Agro é Fogo*, e publicamos

a hashtag #Agro Fogo como uma narrativa contra o falso discurso do agronegócio, que projeta nos grandes meios de comunicação e no imaginário das pessoas, o AGRO como produtor de comida que abastece a mesa dos brasileiros.

No mesmo ano, a AÉF conseguiu aprovação da Resolução nº 42, de 27 de outubro de 2020 pelo Conselho Nacional de Direitos

Humanos, com recomendações ao Estado brasileiro para tomada de providências no enfrentamento dos incêndios florestais agravados pelos incêndios no Pantanal, Cerrado e Amazônia.

Em abril de 2021, publicamos a Plataforma Agro é Fogo, que abriga o dossiê publicado em três fases: enfatizando a relação entre incêndios, grilagem e desmatamento; a continuidade da mobilização a respeito da responsabilidade do agronegócio pelos incêndios que deixam cicatrizes profundas nos territórios, inclusive provocando a erosão da sociobiodiversidade dos ecossistemas; e os incêndios criminosos como um projeto político com forte anuência do governo Bolsonaro. A partir do Dossiê Agro é Fogo, foi denunciado à Comissão Externa de Queimadas nos Biomas, da Câmara dos Deputados, a violação dos direitos humanos e direitos territoriais dos

Karipuna, Brasil. Foto: Christian Braga (Greenpeace)



Temos como propósito fazer enfrentamento ao processo de expansão e consolidação do agronegócio, da mineração e das madeireiras que se utilizam de incêndios, de desmatamento e da grilagem para avançarem sobre as terras tradicionalmente ocupadas e áreas de conservação.



povos e das comunidades tradicionais da Amazônia, Cerrado e Pantanal, provocada pelos incêndios.

Em síntese nossas principais mensagens

A intensificação do desmatamento e incêndios florestais tem que ser entendida como um desafio comum na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Os incêndios florestais são parte das estratégias para consolidar a grilagem de terras por parte de grupos vinculados ao agronegócio.

O governo Bolsonaro é cúmplice da devastação por ação e omissão.

O uso do fogo nos sistemas agrícolas tradicionais é um saber ancestral e muito diferente dos incêndios criminosos do agro.

Quando o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia queimam, são os modos de vida de seus povos e comunidades que estão queimando.

Os modos de vida e o bem viver dos povos e comunidades tradicionais sofrem influências negativas através do modelo de desenvolvimento que se baseia nas fronteiras agrícolas e mineiras.

Assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades é a melhor forma de conter o desmatamento e a devastação. 🌱

Audiência para ventilar casos de incêndio. Foto: Ludmila Pereira



ARGENTINA EM CHAMAS

Mauricio Cornaglia (Multisectorial Paren de Fumigarnos)

A Argentina em chamas remete, por um lado, aos incêndios que se registram há alguns anos em grande parte das províncias do país, 95% intencionais. Produto do progresso de projetos imobiliários em zonas patagônicas, serras e outras regiões, onde se desenvolvem grandes centros recreativos para uma minoria abastada da população, e loteamentos habitacionais em grandes superfícies, para satisfazer o gosto de poucos. E, claro, a expansão da fronteira agrícola, queimando para depois semear (principalmente soja), ou criar centenas de milhares de cabeças de gado (no território das ilhas, “banhados”), priorizando áreas no continente para o plantio mencionado anteriormente.

Quando falamos em “estar em chamas”, queremos dizer que as coisas, em geral ou específicas, estão em processo de crise ou extinção, que muito se perde, que pouco fica de pé.

Sim, soa duro, soa dramático. É que o que se está vivendo em nosso país. É difícil e dramático, embora muitos não queiram ver, muitos outros não podem, muito menos

tentar “disfarçar” o desastre e apresentá-lo como algo bom, necessário e inevitável.

Claro, tudo isso não é novo, já vem acontecendo há décadas. E embora tenhamos que recuar 530 anos para falar sobre o início da espoliação da América Latina, o que em nosso país significou a chamada “Campanha do Deserto”, tentando aniquilar as comunidades originárias e distribuindo todas as terras, devemos acrescentar ainda a sucessão de golpes de Estado durante o século 20. Foi com a última ditadura civil-militar (1976-1983), que as portas se abriram ainda mais para o grande capital.

Para atingir seus objetivos, os “assassinos” precisavam subjugar todo o nosso povo. Repressão, prisões, torturas, desaparecimentos, mortes.

Aqueles planos econômicos e de extermínio de dezenas de milhares de argentinos pareciam ter seu fim com o retorno à vida democrática.

Quarenta anos após o retorno da democracia e da recuperação dos direitos arrebatados durante os sete anos mais

Desmatamento com fogo e devastação. Península de Yucatán. Foto: Consuelo Pagaza.



sangrentos de nossa história, não se deteve nunca o modelo de espoliação de nossos bens comuns naturais – a concentração de riquezas, a precarização do trabalho, a violação dos direitos da natureza –, que, ao contrário, aprofundou-se de maneira obscena. Gerou uma desigualdade indignante e dolorosa, e violou (com outros métodos distintos) os direitos humanos da imensa maioria de quem habitamos um dos países mais biodiversos do planeta.

Sem dúvida, destas quatro décadas, a dos anos 1990 foi a de maior empobrecimento, da privatização de todas as empresas do estado, do fechamento de fábricas e da eliminação de centenas de milhares de postos de trabalho, de angústia e depressão.

Mas os governos que sucederam ao possibilitador de tudo aquilo, Carlos Saúl Menem, que presidiu o país entre 1989 e 1999, sustentaram praticamente as mesmas políticas entreguistas. Acelerando inclusive os processos de espoliação de todas as nossas riquezas.

Portanto, a Argentina segue sujeita aos modelos de dependência e colonialismo projetados em outras latitudes, e grande parte da classe política dirigente local adota o “extrativismo” em todas suas variantes como política de Estado.

Para além de todos os males que se arrastavam poderíamos assinalar o ano de 1996, quando se oficializa o ingresso no país da soja transgênica *Roundup Ready* (RR) da empresa Monsanto, como o início de um caminho de maior decadência política e desencadeamento do “ecocídio” e “genocídio” que hoje estamos padecendo.

Durante aqueles anos 1990 foram promulgadas leis que favoreceram a chegada e o desenvolvimento de corporações que tiveram e têm o objetivo de extrair tudo o que puderem de nossos territórios para aumentar seus lucros suculentos e manter os padrões de vida dos países centrais.

Desde então, e de maneira acelerada a partir da crise de 2001-2002 multiplicaram-se os projetos extrativistas de todo tipo.

Os agronegócios se expandindo pela maior parte do se-



Desenho: Rini Templeton

gundo país mais extenso da América Latina, e oitavo em nível global.

O modelo baseado em sementes geneticamente modificadas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos provocou a aprovação de mais de 60 eventos transgênicos, em sua grande maioria projetados para tolerar verdadeiros coquetéis de “venenos”.

A Argentina aumentou, em 20 anos, mais de 1.200 % o uso de herbicidas. É, em nível mundial, em média, o país com maior consumo per capita (12 litros/kg). Isso é resultante dos mais de 600 milhões de litros que são usados por ano.

Os impactos nocivos e as externalidades são múltiplos: desmatamento inundações e secas. Contaminação de lençóis freáticos, rios, arroios e lagos, mortalidade massiva de peixes. Alimentos com enormes cargas de agrotóxicos. Meninas e meninos que nascem com algum tipo de malformação. Aumento de abortos espontâneos. Aumento de hipertireoidismo e de distintos tipos de câncer, entre outros problemas.

Além disso, as já mencionadas queimas de áreas úmidas, assim como de florestas e bosques. Nos últimos três anos os incêndios arrasaram mais de 2 milhões de hectares.

A privatização de portos e rios, como exemplo mais notável o Rio Paraná por onde saem cerca de 80% das exportações.

A expulsão de milhões de pessoas das zonas rurais para as periferias das grandes cidades, engrossando os enormes cordões de pobreza, e que sofrem uma verdadeira insegurança ficando sujeitos ao narcotráfico e ao gatilho fácil das forças repressivas.

Como elos do modelo extrativista adotado na Argentina, devemos agregar o avance ininterrupto da megamineração espalhada em várias províncias, explodindo montanhas, apropriando-se de glaciares e rios, contaminando tudo nos seus arredores.

Destaca-se a investida da exploração do lítio.

Por outro lado, o desenvolvimento da fraturação hidráulica ou *fracking* que contamina e destrói territórios e moradias. Os projetos de exploração petrolífera *off shore* no Mar

O fogo às vezes corre para baixo



Área queimada nas ilhas do Delta do Paraná. Foto: Sebastian Pancheri



Argentino. A instalação de megafábricas de porcos para a produção de carne a ser exportada para a China. Futuras fábricas de “pandemias”.

Obviamente, e de maiúscula importância, a aprovação por parte do governo nacional no ano 2020, do trigo transgênico HB4, resistente à seca e tolerante ao glufosinato de amônio, herbicida várias vezes mais tóxico que o famoso glifosato. Com isso, a Argentina é o primeiro país do mundo a dar esse passo.

E nos primeiros meses de 2023, dois sinais muito fortes revelam e reforçam a posição do atual governo e os verdadeiros interesses que defende.

Em primeiro lugar, a nefasta nomeação como Chefe de Assessores do governo de Alberto Fernandes a Antônio Araçre (ex-CEO da empresa Syngenta), com mais de 30 anos trabalhando para tal companhia. A mesma que em 2003 havia batizado a cinco países (Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil e Bolívia) como a “República Unida da Soja”.

E em paralelo, os acordos impulsionados pelo próprio governo entre as províncias e a Companhia Nacional de Água de Israel, Mekorot – supostamente para auxiliar tecnicamente e ter um melhor controle das águas, mas na realidade, é o prelúdio para a privatização definitiva da água em nosso país.

Resistências. Enquanto se avança na violação dos direitos da natureza e na violação dos direitos humanos, continuam surgindo em todo o território argentino múltiplos “foguinhos” (segundo o escritor Eduardo Galeano). Resistindo, investigando, organizando-se para continuar protegendo a biodiversidade, os territórios, o ambiente em geral e a saúde de todos os seres vivos.

Diante dessas maravilhosas expressões de luta, a partir do amor por nossos bens naturais, as respostas dos Estados locais, provinciais e nacionais são “repressão”, prisões, perseguições e judicialização.

Dívida externa e extrativismo. A grande disciplinadora do desastre ambiental, social e econômico da Argenti-



Desenho: Rini Templeton

na é a fraudulenta e ilegítima dívida que as argentinas e argentinos não deixam de pagar devido à decisão “covarde” de todos aqueles que governaram o país nos últimos quase 50 anos. É o grande triturador das riquezas do país que, em paralelo, aprofunda a precarização de trabalhadoras e trabalhadores, obriga a

implementar cortes nas áreas de saúde e educação, entre muitas outras. Mantém avós e avós na miséria, e empurra 7 milhões de crianças para a pobreza.

Esta situação agravou-se significativamente nos últimos anos. E serve de pretexto para a implementação de um sem-fim de projetos extrativistas em todo o território argentino. Os argumentos do governo têm a ver com aumentar as exportações (a qualquer custo) para conseguir a entrada de divisas que permitam continuar a pagar uma dívida que o povo não contraiu e, no entanto, está obrigado a colocar sua força de trabalho para que os “donos de tudo” continuem a sangrar às maiorias que habitamos este fantástico território meridional.

OIIRSA. Muito do que foi dito deveria ser enquadrado na superengrenagem que foi posta em marcha a partir do ano 2000, o plano IIRSA: a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

Impulsionada durante o I Encontro de Presidentes da América do Sul, está dividido em 10 eixos que envolvem boa parte dos países sul-americanos.

No território argentino, a chamada Hidrovia Paraná-Paraguai tornou-se um dos eixos desse projeto, dentro de uma grande carteira de 562 projetos, dos quais 409 estão ativos e 153 já concluídos.

O argentino Álvaro Álvarez, doutor em Geografia, mestre em Ciências Sociais y licenciado em Relações Internacionais, aporta em seus múltiplos trabalhos de pesquisa sobre o tema: “Os corredores de transporte, energia e comunicações são as obras priorizadas pelos países da região a partir de uma visão em que prevalecem as demandas do mercado internacional e dos atores geopoliticamente hegemônicos. A região do baixo Paraná tornou-se um importante polo

Foto: Sebastián Pancheri



Multidão na ponte Rosario-Victoria. Foto: Julieta Ameglio



Nossa região foi escolhida como zona de sacrifício, e há uma decisão por parte das corporações, com a necessária cumplicidade dos governos, de dar continuidade à grande espoliação



logístico com planos de crescimento e expansão para os portos do médio Paraná, especialmente na cidade de Santa Fé, dada a hiperespecialização da região na exportação de *commodities* e a pressão do mercado mundial. Nesse sentido, desenvolve-se uma infraestrutura de acordo com as novas exigências do comércio internacional, priorizando a multimodalidade e as saídas bioceânicas”.

Álvarez, que também é membro do *Centro de Investigaciones Geográficas* (FCH-UNCPBA) e do *Instituto de Geografía Historia y Ciencias Sociales* (IGEHCs) do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, acrescenta: “a posição estratégica da cidade de Santa Fé não se dá apenas por estar localizada às margens do Paraná, com capacidade de navegação de navios de grande porte, mas também, e sobretudo, por estar localizada na interseção da Hidrovia Paraguai-Paraná com a Corredor Bioceânico Central (Porto Alegre-Santa Fé-Coquimbo) que revaloriza o território como centro de distribuição dos fluxos Norte-Sul e sobretudo Leste-Oeste, principalmente com vistas ao mercado asiático. Isso está vinculado à reforma do Porto de Santa Fé e da infraestrutura associada a ela, como parte

do eixo de integração da Hidrovia Paraguai-Paraná, respondendo a um processo de transnacionalização econômica da região”.

Para concluir, é necessário destacar que os desastres socioambientais que ocorrem na Argentina são iguais ou similares aos de toda a América Latina.

Nossa região foi escolhida como zona de sacrifício, e há uma decisão por parte das corporações, com a necessária cumplicidade dos governos, de dar continuidade à grande espoliação.

Assim, a articulação regional dos setores populares é cada vez mais urgente.

A tarefa mais importante é continuar tecendo redes entre organizações irmãs.

Colocando a “empatia” acima de tudo, e exercendo concretamente a “solidariedade” entre aqueles que lutam todos os dias por territórios saudáveis, entendendo que sem isso nossos corpos adoecerão.

Só assim, os povos do Sul, deixaremos de “estar em chamas”. 🌿

Após a queimada. Foto: Prometeo Lucero





Yanomami, Brasil. Foto: Christian Braga (Greenpeace)

NATUREZA EM CHAMAS. INCÊNDIOS E AGRONEGÓCIO NO CONE SUL

Elizabeth Bravo (Acción Ecológica)

Publicação elaborada por diversas organizações da América do Sul¹ mostra que os incêndios que ocorreram em 2019 e 2020 estavam relacionados à expansão da monocultura da soja, da pecuária e da indústria camaroneira que estão se expandindo às custas de florestas amazônicas e secas tropicais, áreas

úmidas e outros ecossistemas naturais. Estes grandes incêndios provocam alterações significativas no sistema natural, perda de biomassa, fragmentação de habitats e perda de espécies endêmicas da região, e morte das sementes. A biomassa em combustão transfere calor para o solo, modificando as populações de fungos e bactérias — responsáveis pela incorporação de nutrientes no solo, e altera processos ligados ao regime térmico e hidrológico.

Os grandes complexos de soja, pecuária, madeira e infraestrutura asso-

ciada (portos, rodovias, ferrovias) são os principais atores na expansão da fronteira agrícola nesta região. Os atores da cadeia da carne, que incluem pecuaristas, empresas multinacionais de carne bovina, indústria camaroneira, instituições financeiras internacionais, supermercados, cadeias de *fast food*, e governos locais e nacionais, são os responsáveis diretos ou indiretos dessa destruição.

Esses incêndios violaram direitos das comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária (no caso do Brasil), povos in-

¹ Ação Ecológica, FIDES do Equador, FASE do Brasil, Instituto de Tecnologia Socioambiental e Instituto de Saúde Socioambiental da Argentina

dígenas, comunidades de pescadores artesanais (no caso de áreas úmidas), comunidades camponesas. Um dos casos mais dramáticos são as comunidades em isolamento voluntário do Gran Chaco, onde o agronegócio avança agressivamente em seu território tradicional fazendo uso do fogo.

Embora as comunidades sempre tenham utilizado o fogo em suas práticas agrícolas, na conduta corporativa há uma mudança de escala e intenção, pois se trata de transformar ecossistemas naturais em monocultivos, pastagens para pecuária industrial e empreendimentos imobiliários.

No Brasil, o agronegócio segue a linha do fogo, entrando em áreas de preservação ambiental e terras indígenas, com proteção legal. Os incêndios abrem caminho ao agronegó-

cio para a transformação de reservas ecológicas e áreas com cultivos de subsistência. A região oeste do estado amazônico do Pará sofreu uma forte pressão por parte do agronegócio na última década, sendo as queimadas parte das estratégias para sua expansão. Nos dias 10 e 11 de agosto de 2019 foi proclamado o “Dia do Fogo”, sob responsabilidade de grandes fazendeiros, empresários e grileiros, rompendo a convivência histórica e o manejo da selva amazônica por comunidades tradicionais.

As queimadas consumiram 1,7 milhão de hectares no Pantanal, e cinco grandes fazendas de gado foram responsáveis por 117.783 hectares queimados. A Terra Indígena do Xingu, que abriga 16 povos diferentes, é o território indígena do Brasil que mais sofreu com as queimadas em 2020, com 102.918 hectares devastados.

O Cerrado, savana com maior biodiversidade do mundo, é a nova frente de expansão da monocultura da soja no Brasil, associada às queimadas de florestas.

O desmatamento no Gran Chaco, a segunda maior área florestal da América do Sul, está associado à monocultura da soja e a um setor pecuário em expansão, que busca continuamente novas terras para a criação de pastagens, o que contribui fortemente para a geração de incêndios antrópicos sazonais nos últimos anos.

As comunidades indígenas do Gran Chaco paraguaio, com assentamentos milenários na região, sentiram o impacto do duplo fenômeno (desmatamento e incêndios), o que é especialmente grave para os Ayoreo, um povo em isolamento voluntário, que vive historicamente como caça-

Incêndio nos enormes depósitos de lixo de Etchojoa, Sonora, México. Foto: Jeronimo Palomares



dores-coletores no Gran Chaco.

Durante a última semana de setembro de 2020, foram identificados 276 focos de incêndios no território historicamente ancestral Ayoreo, dos quais 91 foram provenientes da fazenda de gado “Yaguareté Pora”. Outros incêndios ocorreram em cooperativas menonitas. Isso os força a migrar, aumentando drasticamente a possibilidade de encontros indesejados com grupos não indígenas.

Os incêndios florestais na Bolívia atingiram cifras históricas em 2020. A Chiquitânia e o Chaco boliviano foram os ecossistemas mais afetados pelo fogo, aos quais se somam as savanas tropicais do Beni. A grande maioria dessas áreas corresponde a áreas florestadas, sendo que 30% dessas áreas (1,6 milhão de hectares) foram queimadas pela primeira vez.

Nas terras baixas da Bolívia, com incêndios massivos, a produção agroindustrial de soja e pecuária é impulsionada há décadas. Entre os locais mais afetados pelas queimadas estão pontos estratégicos para as exportações sojeiras, principalmente

em duas áreas identificadas como “*Ganadería Intensiva Chiquitania-Pantanal*” e o *Complejo Productivo “Plantaciones Comerciales”*.

Os incêndios afetaram 26 *Territorios Indígenas Originario Campesino* (TIOC) (789.726 hectares queimados), sendo os povos mais afetados os Chiquitanos, Ayoreos, Guarayos, Cayubaba, Baures e Sirionó e os Arana. Cerca de 25% dos incêndios atingiram o Parque Nacional Noel Kemp Mercado, a Área Protegida Municipal Reserva Copaibo², o Santuário Ambue Ari e as reservas Kaa Iya, San Matías, Madidi, Aguaragüe ou Iñaño, e Kaa Iya do Gran Chaco.

O *Servicio Nacional de Manejo del Fuego* informou que, entre janeiro e novembro de 2020, cerca de 898.755 hectares arderam em território argentino. As três regiões mais afetadas são Córdoba (com mais de 315.944 ha queimados), Entre Ríos (286.326 ha) e Chaco (mais de 85 mil ha). Cerca de 95% dos incêndios

florestais são gerados por causas antrópicas, e entre as primeiras está o uso do fogo para preparar áreas para a pecuária.

Na região leste do Chaco argentino, os pecuaristas queimam para renovar suas pastagens. Na região oeste, as queimadas são produzidas para incorporar terras à agricultura, processo denominado de sojização. Nas cidades, os empreendimentos imobiliários queimam em áreas que não se pode construir.

As reservas naturais como os parques naturais El Loro Hablador, o Parque Provincial Fuerte Esperanza e o Parque Nacional El Impenetrável estão muito ameaçadas, porque a fronteira agrícola avança para eles, um território ocupado por comunidades indígenas Qom e Wichi.

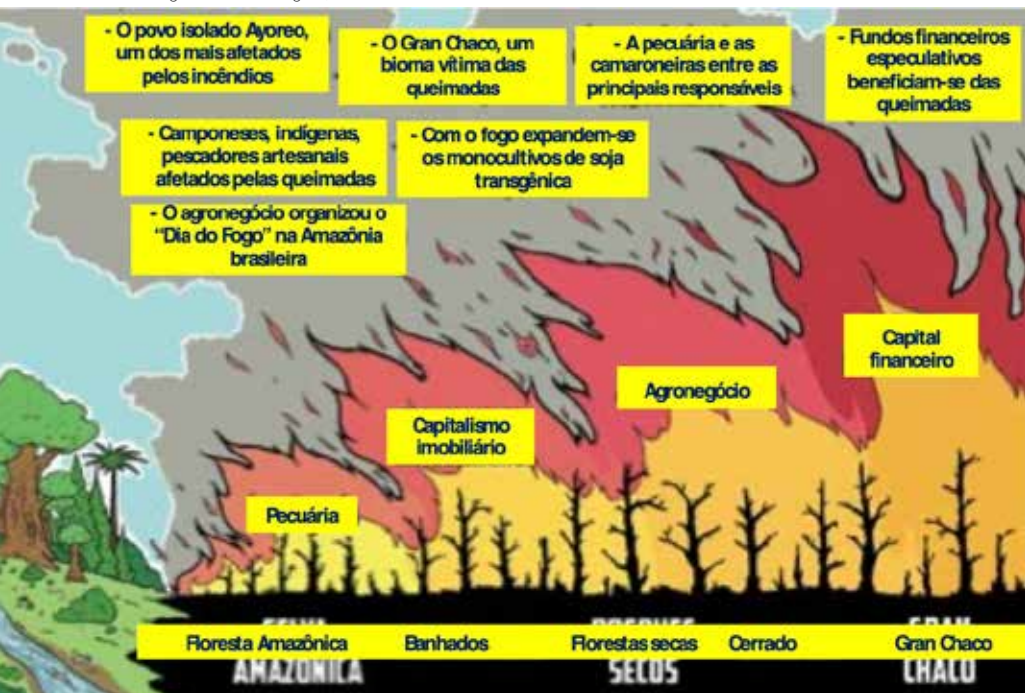
A maioria das áreas que são queimadas têm autorização do Estado para fazer uma mudança no uso da terra, o que significa passar da atividade florestal para a chamada atividade silvipastoril: o manejo da floresta com a incorporação de gado.

Os incêndios nas Sierras de Córdoba — território ancestral das comunidades nômades Comechingona, desalojados nos séculos 16 e 17 — estão relacionados com o avanço imobiliário. Suas terras foram transformadas em estâncias rurais, produzindo fortes mudanças culturais, acompanhadas de desmatamento e modificação da paisagem serrana, acompanhado da queima da mata nativa. As áreas protegidas do território serrano também estão vivendo o avanço imobiliário.

Em Entre Ríos, na região do Delta do Rio Paraná, foram queimados 17,5 km², afetando áreas formadas por grandes áreas de brejo, lagoas, córregos internos e pequenas elevações com árvores. O território queimado abrange áreas protegidas (reservas, sítios Ramsar e Parques Nacionais).

A maioria das áreas que são queimadas têm autorização do Estado para fazer uma mudança no uso da terra, o que significa passar da atividade florestal para a chamada atividade silvipastoril: o manejo da floresta com a incorporação de gado.

Infográfico: Santiago Quevedo



2 MAAP (2020). Obra citada.

O Delta do Paraná é o segundo delta mais importante da América do Sul, cumprindo diversas e fundamentais funções como controle de enchentes, retenção de sedimentos e nutrientes, estabilização da costa, proteção contra a erosão, regulação do clima. Os habitantes locais são caçadores, pescadores, pequenos comerciantes, criadores de gado e apicultores, e são eles que sofrem tanto com as queimadas quanto com as enchentes geradas pelo desmatamento.

A utilização da região do Delta como área para pecuária, representou uma sobrecarga de animais que por si só gera outros efeitos no equilíbrio dos ecossistemas locais.

No Equador, os incêndios na área úmida La Segua estão relacionados à expansão do camarão. Apesar de ser uma pequena zona úmida, sua importância reside no fato de estar localizada em uma área com déficit hí-



Desenhos: Rini Templeton

drico. Sua destruição terá impactos negativos tanto na vida das pessoas como na flora e fauna associadas à zona úmida.

Ao fechar o curso d'água do banhado, as fazendas de camarão ocuparam 820 hectares e impedem que as águas dos rios Chone e Carrizal alimentem o ecossistema, tornando-o propício a incêndios.

Há muitos responsáveis por esses incêndios, e muitos afetados. Como consumidores, uma forma de apoiar quem enfrenta esse problema é deixar de consumir aqueles produtos que em alguma etapa de seu processo produtivo incluem processos de transformação e queima de ecossistemas naturais. 🌱

A publicação pode ser lida em:

<https://www.naturezaconderechos.org/2021/03/11/natureza-en-llamas-incendios-y-agronegocios-en-america-del-sur/>

Foto: Prometeo Lucero



NOSSAS REGIÕES AINDA ESTÃO EM CHAMAS, NOSSOS CORAÇÕES TAMBÉM

Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (Anamuri)

“Nossa região está ardendo há duas semanas”, foram palavras de dor, raiva e impotência diante do desespero em que se desenrola esse pesadelo que não para, que vai embora e depois reaparece. “Vivemos horas de horror entre chamas, fumaça e sirenes, o fugir das pessoas, dos animais e junto a eles vemos casas, veículos, plantações sendo consumidos, porque o fogo arasa com tudo”. Foi o que expressaram nossas companheiras das regiões afetadas quando víamos as formas de encaminhar com mais precisão e certeza a campanha de solidariedade que ajude urgentemente a aliviar a dor.

A solidariedade torna-se hoje mais urgente, porque os grandes meios de comunicação começaram a apagar os incêndios dos noticiários. Aparentemente bastou que as grandes empresas florestais protestassem contra o clamor dos cidadãos de que de uma vez por todas a monocultura

florestal seja regulamentada e desincentivada, para que rapidamente parecesse que os incêndios já não são mais tão graves, e que se continue insistindo que os culpados são alguns ativistas Mapuche e alguns poucos outros irresponsáveis. Diante disso, nosso trabalho de denúncia deve continuar. Como nos comentou um companheiro: “Sim, companheiras, estamos vivendo a consequência da voracidade do grande capital e do consentimento institucional do Estado do Chile após 50 anos de abuso e extermínio da agricultura familiar camponesa. É urgente exigir que o Congresso Nacional legisle para acabar com a espoliação do Decreto 701”.

Porque a realidade é que os incêndios continuam, a destruição continua e expande-se para o norte e o sul. E mesmo que os incêndios terminassem neste momento, o dano permanece e se soma ao dano das outras ondas de incên-

Bombeiros trabalham para apagar um incêndio nas florestas de Cherán, Michoacán, México. Foto: Consuelo Pagaza





Etchojoa, Sonora. Foto: Jerónimo Palomares

A solidariedade torna-se hoje mais urgente, porque os grandes meios de comunicação começaram a apagar os incêndios dos noticiários

dios que sofremos. Sem dúvidas, as medidas tomadas pelos governos regionais e central são insuficientes para o imenso estrago que os incêndios florestais têm repetidamente causado, onde as principais vítimas desta tragédia têm sido as populações do campo, tornando a situação

cada vez pior.

Quais são as tarefas mais urgentes no momento? A solidariedade real e efetiva, para aliviar a dor, para permitir que camponesas e camponeses, e comunidades indígenas, continuem no campo, onde apesar do avanço das plantações florestais ainda continuamos produzindo alimentos para a população. Já sabemos o que vai acontecer, como vão subir os preços dos alimentos, das ferramentas e equipamentos que precisamos substituir para voltar a cultivar; os mourões, os grampos para refazer as cercas e a madeira para a reconstrução. Em muitas localidades se perdeu tudo: plantações, árvores, cercas; o campo hoje é um pasto único. Os animais que conseguiram se salvar andam confusos e desorientados, como nós, que ainda estamos em estado de choque.

Na Anamuri, estabelecemos como primeira prioridade o apoio a brigadistas, bombeiros e voluntários que arriscam suas vidas para enfrentar o fogo; manter a bendita água, protetores solares, barras de cereais e até sorvetes para poder resistir. A segunda e de mais longo alcance, segundo nossa perspectiva camponesa, é recuperar o espa-

ço mais importante da nossa casa: a cozinha, local de convivência, onde não é só comida, é compartilhar, sonhar, projetar o futuro, limpar e selecionar as sementes, é compartilhar os saberes, nos reanimarmos e tomar o mate ou enfrentar o frio ou a tempestade. Além disto, recuperar as sementes para continuar nosso comércio, bem como as ferramentas para lavrar a terra, os reservatórios para armazenar água. E, claro, voltar a ser comunidade, mas comunidade organizada para juntas e juntos dar as mãos para reconstruir e derrotar o modelo, esse modelo capitalista, extrativista e produtivista que nos chicoteia e rouba nosso direito a uma vida e um futuro melhor. 🌱

Fim do modelo de monocultura florestal. Entre o campo e a cidade, nem um pinus a mais. Por um campo com a agricultura camponesa e indígena. Vamos mostrar toda a nossa solidariedade para com as famílias e comunidades afetadas!



Desenho: Rini Templeton

O MODELO FLORESTAL SEMEIA A POBREZA E FAZ O INFERNO VIVER NOS SETORES RURAIS DE TERRITÓRIOS CAMPONESES E INDÍGENAS

Jaqueline Arriagada (Anamuri)

A primeira coisa que vimos junto com minha família, vizinhas e vizinhos da rua Las Malvinas, povoado Santa Marta, foi como incendiavam nosso Cerro Cayumanque entre 1974-75, quando eu tinha cerca de 10 anos. Depois vimos como mulheres e homens enviados pela municipalidade plantavam uma coisa que na época não tínhamos ideia do que podia ser. Anos mais tarde, começamos a nos dar conta que eram árvores que cresciam cada vez mais densas e não permitiam que crescessem os *changles*, *digüeñes*, *avelãs*, *nalcas* e *copihues* que sempre íamos buscar nas veredas. Em seu lugar, víamos como os pinus e eucaliptos se multiplicavam às centenas, milhares, milhões em nossos morros, que era até então uma das mais belas reservas de mata nativa até então, com toda a sua biodiversidade. Desapareceram as nascentes, que com tanta generosidade nos permitiam tomar suas águas transparentes com total confiança para preparar água com farinha torrada ou com mote de trigo, para nos refrescar na subida ao morro. Logo as veredas começaram a secar e a desaparecer, e a quantidade incontável de pinus e eucaliptos não nos deixava ver a riqueza que a natureza nos havia presenteado.

Poucos anos depois vimos como essas duas espécies chegavam aos setores rurais provocando os mesmos efeitos, ocupando as terras que pouco tempo antes eram para o plantio de feijões, lentilhas, grãos-de-bico, chícharos, trigo e hortaliças. Vimos como foram arrancadas as videiras ancestrais, as castas País, Cinsault, Itália. Convenceram produtores e produtoras de que se plantassem pinus e eucaliptos, o futuro de suas filhas e filhos, netas e netos estaria assegurado com os recursos que receberiam pelo corte desse monocultivo e, além disso, não precisariam continuar trabalhando a terra. Para que muitas camponesas e muitos camponeses se convencessem da “grande” oferta, tiveram que manipular os preços das uvas e dos vinhos, além dos tomates vermelhos, suculentos com sabor e cheiro, trocando as sementes por aquelas que duravam mais nos mercados. Assim, se foi perdendo a identidade e se permitiu a in-

vasão dos territórios com permissividade total e absolutamente cúmplice — da ditadura que instala esse modelo de morte, extrativista, primeiro, e a seguir com os governos eleitos que nunca quiseram mudar o sistema. Esses apenas se acomodaram ao sistema por sua própria conveniência, deixando as famílias camponesas indefesas, desenraizando-as da terra, expondo aqueles que ainda continuam a resistir (principalmente idosos e mulheres cuidadoras), às consequências do “modelo” agroflorestal que vêm semeando pobreza e morte constantes em nossos territórios.

Marcha de mulheres. Foto: Hellen Loures (CIMJ)



A partir de 2012 os incêndios florestais vêm aumentando, com maior força nas regiões de Ñuble, Bio Bio, La Araucanía. A cada cinco anos vamos vivendo os infernos florestais em nossas comunidades rurais, com milhares de hectares queimados, centenas de casas consumidas pelo fogo em segundos; mulheres e homens queimados e mortos tratando de escapar por caminhos em que só existem labaredas de fogo que junto com o vento mudam de direção a cada segundo. O som do fogo saltando através dos pinus incendiados é o que nos indica a propagação do fogo e durante dias não sabemos quando vai parar. A angústia da fumaça, as cinzas, as temperaturas que se elevam a mais de 45°C não permitem dormir nem descansar para recuperar-se e seguir a luta tentando parar o fogo. Sabemos que vivemos rodeadas, rodeados de cabeças de fósforos que em qualquer momento se acendem e começa o inferno novamente.

“Nem os Angelinni nem os Matte estão aqui, eles apenas aproveitam a riqueza que suas plantações florestais lhes dão com seus complexos industriais de celulose onde o branqueamento continua sendo com cloro que expele dioxinas e outros venenos por todo o entorno. Eles são instalados com o apoio incondicional de todos os governos eleitos até agora, que criaram as ferramentas perfeitas para que seus projetos, que chamam de ‘desenvolvimento’, sejam aprovados. Mas para nossas comunidades eles só têm sido geradores de várias doenças, muito câncer em jovens, derrames, ataques cardíacos e problemas nas articulações, nunca querem diagnosticar em centros médicos devido ao aumento evidente de casos. Não temos como nos salvar, pois respiramos, comemos e as dioxinas entram em nossos poros faz muitos anos”.

Após os incêndios de 2012, junto com acadêmicas da Universidad de Concepción, fizemos um diagnóstico coletivo nas comunidades afetadas. Como resultado, observamos que as pessoas identificaram as plantações florestais como responsáveis pelos incêndios, que o maior número de casas queimadas foram aquelas habitadas apenas por mulheres, as brigadas de bombeiros defendiam como prioridade as instalações industriais, os aceiros não haviam sido feitos nas estradas rurais, as cercas eram pregadas nos pinus. Nossas sugestões foram não voltar a plantar pinus e eucaliptos, fazer os

aceiros com pelo menos 10 a 15 metros de ambos os lados das estradas, que os empreendimentos realizassem a limpeza do chão das plantações. Em 2017 e 2021 os incêndios foram nas plantações, sem casas queimadas, diferente de 2012 e de fevereiro de 2023 nas quais a minha comunidade rural, Quillón, tem a maior quantidade de casas queimadas em todo o país. As condições de 11 anos atrás são exatamente iguais: não há aceiros, as cercas continuam pregadas nos pinus o que torna impossível às pessoas que habitam os setores rurais escapar entre as chamas. As famílias ficaram muitos dias sem água porque os pinus e eucaliptos já

havam secado os lençóis freáticos, com terra protegendo suas casas. Muitas mulheres sozinhas apoiadas por suas vizinhas ou familiares conseguiram manter a única coisa que possuem: suas casas, hortas e animais, mas muitas outras, mães com seus filhos, viúvas, sozinhas, adultas e adultos idosos não conseguiram salvar seus bens. Há muitos animais queimados, hortas, casas inteiras, avós e avôs que viram como suas vidas inteiras viraram cinzas, e não sabem como se recuperar com seus 80, 90 ou 100 anos. Muita gente teve que se refugiar em casas de parentes ou em abrigos autorizados, algumas famílias ainda continuam vivendo em centros sociais, pois o terror causado pelos traumas vividos não permite que retornem aos seus locais, já não há mais nada do que eles construíram durante suas vidas. O Chile é um país que está envelhecendo e muitos idosos estão ou se sentem muito abandonados. Muito mais nestas catástrofes em que os cordões de fogo não lhes dão trégua.

Como Anamuri, desde o nosso primeiro Congresso Nacional, em 2007, temos levantado nossa voz como regiões afetadas pelos monocultivos de pinus e eucalipto, dizendo com muita força NÃO ao DECRETO 701, decretado em 1974 pelo ditador para o fomento subsidiado pelo Estado do Chile às plantações dessas duas espécies. É o dinheiro de todos nós que pagou a implantação desse modelo destrutivo e cruel. Hoje, em pleno processo do nosso III Congresso Nacional, nossa voz se ergue com mais força para voltarmos a gritar com mais força e unidade. 🍌

Nem mais um pinus entre o campo e a cidade!! Não mais subsídios através do 701!! Resistência e rebeldia, as sementes pela vida!!!



Desenho: Rini Templeton



Incêndio em uma plantação em Ecuandureo, Michoacán. Foto: Prometeu Lucero

O QUE ARDE SÃO AS MONOCULTURAS!

Nathalia Bonilla (Ação Ecológica)

O verão de 2023 está chegando ao fim no cone sul da América, deixando dados sombrios sobre incêndios florestais nas regiões de Bío-Bío, Uble e La Araucanía, no Chile, entre outras regiões. Até 7 de fevereiro, houve 24 mortos, 3.500 vítimas, quase 300 mil hectares de florestas e terras agrícolas afetados.¹ O panorama na Argentina é quase tão desanimador, enquanto a Espanha mal entra em uma primavera que anuncia

chegar com seca e já começa o monitoramento dos primeiros incêndios florestais.

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Concepción de Chile² (UdeC) se concentra em diferenciar o tipo de vegetação que pegou fogo, e identifica entre plantações florestais de crescimento rápido e florestas nativas. A conclusão é que dos 305.869 hectares que pegaram fogo nas regiões de Ñuble, Bío-Bío e Araucanía,

200.824 hectares tinham pinus e eucaliptos plantados. Mais de dois terços da vegetação calcinada correspondem a plantações florestais. O estudo identifica que 39.812 hectares de terras afetadas pelos incêndios apresentam alto risco de deslizamentos. A pesquisa torna visível o que a indústria florestal tenta esconder: que há diferenças entre os incêndios em florestas nativas e em monoculturas de árvores. Estas últimas são mais propensas ao fogo devido às suas condições estruturais.

A respeito da relação entre incêndios e plantações florestais, a pesquisa realizada pela UdeC apresenta re-

¹ <https://www.dw.com/es/incendios-en-chile-las-razones-de-la-tormenta-de-fuego-perfecta/a-64654936>

² <https://noticias.udec.cl/incendios-florestales-estudio-udec-concluye-que-zonas-con-plantaciones-florestales-fueron-las-mas-afectadas/>



Falta

sultados semelhantes aos obtidos em outras partes do mundo. Na Galícia e na Biscaia, no Estado espanhol, foram estabelecidas moratórias.³ sobre novas plantações de eucalipto, como medida futura contra o perigo dos incêndios florestais.

Ainda que as causas de um incêndio florestal possam ser diversas, e na maioria dos casos tratam-se de intervenções antrópicas, provocadas, acidentais, descuidos — nem florestas nem plantações provocam incêndios —, é sim necessário estabelecer a correlação que existe entre o modelo florestal de plantações comerciais e a extensão, magnitude e intensidade do desenvolvimento do fogo nas vegetações. Deve ficar claro que estamos diante de uma catástrofe criada com uma matriz multicausal.

O modelo florestal de plantações comerciais só é rentável se implementado em larga escala. Isso significa ocupar toda a extensão de terra disponível. No caso chileno, o fogo foi

Os incêndios de monocultivos de árvores criam um terror permanente nas comunidades e populações que se encontram na área de influência, grandes perdas econômicas e falta de apoio dos Estados às comunidades afetadas

ainda mais intimidador porque as plantações foram estabelecidas sem cumprir as normas ambientais, sem respeitar as salvaguardas sobre as distâncias entre as áreas povoadas e os monocultivos de árvores. Além disso, as populações locais denunciaram que não havia barreiras contra incêndios, nem distâncias entre as águas e as casas.

É preciso considerar que os eucaliptos são árvores de crescimento rápido e raízes profundas que provocam o desaparecimento e diminuição da vazão de olhos d'água e águas subterrâneas. Cada pé de eucalipto, a partir dos dois anos, começa absorvendo 20 litros e depois, aos 20-30 anos, absorve 200 litros de água diariamente. Esta monocultura empobrece o solo, pois as árvores requerem grandes quantidades de nutrientes e água para crescer rapidamente, o que por sua vez provoca a acidificação do

solo. É necessário levar em conta que o pinus e o eucalipto produzem óleos e resinas (odor característico), muitos dos quais são altamente inflamáveis, e visto que na estrutura da plantação só se encontra o mesmo tipo de árvore, da mesma idade, altura, muito homogêneas, sem outras espécies vegetais que forneçam umidade ou porosidade ao solo para amortecer as chamas.

Um aspecto a ter em conta é que a “hidrofobicidade” ou repelência do solo é claramente maior sob eucaliptos do que sob outros tipos de cobertura do solo. Esta repelência, característica de períodos secos ou de baixa umidade e devida à acumulação no solo de ácidos orgânicos “hidrofóbicos” provenientes de exsudatos radiculares ou da decomposição das folhas, chega a dificultar seriamente a infiltração da água no solo, o que leva a um escoamento consideravelmente superior ao observado em so-

³ <https://www.newtral.es/eucaliptos-incendios-espana/20220917/>



Desmatamento na Península de Yucatán, onde se arrasa com fogo. Foto: Consuelo Pagaza

O modelo florestal de plantações comerciais só é rentável se implementado em larga escala. Isso significa ocupar toda a extensão de terra disponível

los mais úmidos, levando em conta pequenas escalas territoriais.⁴ Essa maior “hidrofobia” ou repelência aumenta a suscetibilidade à erosão e reduz a recarga das reservas de água subterrâneas.

No caso do eucalipto, deve-se considerar o seu papel na propagação dos incêndios florestais por ser uma espécie pirófila, que não só não morre com o fogo, mas os incêndios florestais lhe facilitam a colonização do espaço. A plantação de eucaliptos pode gerar problemas de incêndios incontroláveis devido à grande altura que essas árvores conseguem atingir em pouco tempo e à fácil combustão de sua madeira. Em parcelas densas de eucaliptos, as chamas de um incêndio podem chegar a mais de 300 metros

de altura, como pode comprovar na Austrália na estação seca.

A magnitude dos incêndios florestais em plantações florestais também responde à disponibilidade de matéria orgânica, as folhas secas dos eucaliptos não se decompõem formando uma espessa camada altamente inflamável que alimenta os incêndios. Na ausência da estrutura do dossel arbóreo típico de uma floresta natural, as plantações florestais ficam mais expostas à radiação solar sobre o solo, que o erode e resseca.

Os incêndios florestais produzem emissões de gases de efeito estufa (GEE) que contribuem para o aumento das mudanças climáticas. Ecologistas em Acción denuncia que entre 1970 e 2001, devido a incêndios florestais, foram lançados na atmosfera mais de 100 milhões de toneladas de carbono (dióxido de carbono CO₂, monóxido de carbono CO e metano

CH₄) em toda a Espanha. Além disso, no mesmo período, foram emitidas cerca de 24 mil toneladas de gases de efeito estufa nitrogenados (óxido nitroso N₂O e outros óxidos de nitrogênio N_xO).

A flora e a fauna são seriamente afetadas pelos incêndios florestais, pois sua recuperação pode levar muito tempo. Um incêndio florestal desencadeia outros impactos como a emissão de gases e fumaça contendo ozônio, dióxido de carbono, monóxido de carbono, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, dióxido de enxofre, material particulado, entre outros, que causam danos à saúde da população exposta.

Os incêndios criam a migração forçada da fauna, principalmente das aves, que se deslocam para outras áreas, intervindo e alterando esses ecossistemas. Existem espécies que não têm capacidade de se movimentar e morrem no incêndio, como acontece com os pequenos mamíferos: lebres, raposas, ratos-do-campo. Com incêndios florestais desaparecem aves adultas e juvenis, seus ni-

4 Soil Water Repelency, disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0012825200000118>

nhos e ovos, e considera-se que mesmo depois de seis a dez anos, a fauna que habita um hectare de floresta não consegue se recuperar. As cinzas e carvões resultantes da combustão vão para as correntes e corpos d'água, tornando-os turvos, o que diminui consideravelmente sua qualidade para consumo humano e animal. Há também graves efeitos de sedimentação e impacto na fauna aquática.

Os incêndios de monocultivos de árvores criam um terror permanente nas comunidades e populações que se encontram na área de influência, grandes perdas econômicas e falta de apoio dos Estados às comunidades afetadas. Isso poderia provocar uma migração dos habitantes, o que ao mesmo tempo deixaria maiores extensões de terra disponíveis para as grandes empresas florestais, que, no modelo chileno, por exemplo, estão em constante expansão em busca de terras para suas plantações. Por outro lado, a empresa florestal imita o modelo de sua árvore-símbolo: ela resiste ao fogo, e o fogo a ajuda a se expandir e se apropriar da terra.

Embora as florestas nativas, assim como toda a vegetação, também sejam suscetíveis ao fogo, em muitos casos elas se incendiam devido à



Desenhos: Rini Templeton



propagação do fogo que nasce nas plantações de árvores. As florestas naturais têm um maior nível de resiliência que se explica pela biodiversidade da vegetação, solos porosos, estrutura estratificada do dossel arbóreo, albedo, albedo ou refletância do conjunto de árvores e a evapotranspiração permanente [ou evaporação a partir da superfície das folhas] que embora diminua nas estações mais secas, nas matas nativas é mais provável que se mantenha.

Diante desse cenário, foi levantada a necessidade urgente de regulamentar o setor florestal, considerar moratórias sobre os monocultivos de pinus e eucaliptos, desenvolver políticas de reparação social e ambiental dos ecossistemas e das populações afetadas. As áreas afetadas pelo fogo devem ser restauradas através de um processo bio-orgânico do ecossistema que inclua um trabalho no solo que permita recuperar os microrganismos do solo, seu pH, a semeadura de plantas nativas diversas, tentando imitar a vegetação original, o trabalho com populações e comunidades afetadas, para que o amor pela floresta seja maior do que o medo do fogo, e para recordarmos que a vida permanece mesmo após os incêndios. 🌱

Tlapa, Guerrero, México. Foto: Prometeo Lucero





Incêndio florestal em Michoacán, México, como forma fundamental de apropriação de terras para plantações de abacate. Foto: Lauro Rodríguez / El Suspicaz

AGRICULTURA DE MONTANHA

José Godoy y Ramón Vera-Herrera

Por trás dos programas agrícolas ou agroflorestais em muitas partes do mundo, existe a intenção de acabar com a agricultura de montanha, ou agricultura itinerante — que justamente tem uma relação profunda com as chamadas terras ociosas ou abandonadas. Mas não há terras ociosas ou abandonadas: esse é um mito que as agências extensionistas espalharam desde o início do século 19 para apropriar-se de terras que acabam sendo cruciais e cobiçadas em diferentes momentos ou por diferentes razões. Essas terras “ociosas” são ricas em biodiversidade, do micro ao macro. Essas “matas em recuperação”, matas baixas ou *acahuales*, como são chamadas no México, fazem parte do longo ciclo dessa agricultura itinerante, que não podemos confundir com o método de “corte e queima”, ou o que se acredita ser. Porque os povos têm precisões importantes de como derrubar, como queimar e como roçar. As agências de extensão tentam nos confundir difamando as comunidades que trabalham na agricultura de montanha há milênios. Seus métodos ancestrais derivam de NÃO ter uma parcela delimitada por pessoa ou família, mas de trabalhar um território entre aqueles que integram a comunidade. Tal território, extenso

e variado, pode ir sendo aberto superficialmente com fogo, mantendo material vegetal e cinza nas parcelas para ali ir plantando sazonalmente, desde que haja espaço (territorial) suficiente para fazer a rotação do cultivo e assim manter a viabilidade do que foi semeado, que sempre é policultivo em plena fertilidade: não uma roça ou *milpa* delimitada com quatro variedades, mas quase uma floresta comestível (milho, feijão, abóbora [*zapallo*], chuchu [*buisquil*, *guatila*, batata aérea], pimenta, *quelites* [ervas amarantáceas] de muitíssimas variedades, tomates [vermelhos], miltomates [de casca], ervas medicinais e muitos fungos, insetos e microrganismos que fertilizam o ambiente, se reforçam mutuamente, comem as pragas, e sua presença propicia o equilíbrio, não só do cultivado, mas também da água, da mata que a cobre e da microrregião onde ela está. E, obviamente, um número impressionante de animais que se equilibram entre si.

Hoje, em vários enclaves da América Latina, sobretudo no México e América Central, a agricultura de montanha ou itinerante é um nicho onde se mantém a imensa variedade de milhos nativos, reaparecem variedades inco-

muns de alimentos, e é o coração de comunidades em resistência.¹ Isso sem menosprezar as *milpas* ou roças que existem em terras parceladas e fixas em todo o país.

Onde sobrevive a agricultura de montanha, o seu impulso possibilita assembleias corajosas e dispostas a defender o seu território, e é assim porque uma agricultura deste tipo não pode ser individual; é familiar, é comunitário, é de organização.

No México existem 6,89 milhões de hectares de terras de uso comum dedicados a esta agricultura nos núcleos agrários “coletivos” do país.

As autoridades urge “regularizá-los” para levar as pessoas à “meação” e à agricultura de contrato. Eles querem que todas as áreas de uso comum de *ejidos* e comunidades sejam individualizadas.²

Fragmentar os núcleos agrários e reordenar os territórios para responder à lógica dos megaprojetos parece ser um dos seus objetivos centrais, além de perturbar a natureza da relação comunidade-terra, transformando-a numa relação assalariada, dependente, que já não tenha como foco o vínculo das pessoas com seu ambiente, mas a dependência de programas, em direção a órgãos governamentais, à economia monetizada. A proibição da agricultura itinerante rompe a relação das pessoas com a floresta. As torna “agricultores”, no sentido mais raso do termo. Isso, claro, alimentado por muitos preconceitos, mas também pela consciência de que essa relação com a floresta promove a autonomia.

Assim, a partir das instâncias governamentais e suas ONGs afins, das corporações e seus centros de pesquisa, propagam-se as piores versões contra a agricultura itinerante. Em estudo publicado pelo WRI, os autores recuperam o comentário de um analista do século 19, H. Cleghorn, que em 1851 publicou um livro (*Forest of India*), que é uma joia de racismo colonialista e agressivo. Cleghorn escreveu: “O cultivo itinerante não deveria ser tolerado, exceto em países muito selvagens e desabitados [. . .] leva a hábitos desassossegados e desvia-se dos cultivos regular [. . .] É executado por selvagens que estariam melhor se fossem empregados com enormes rendimentos em obras públicas ou em plantações de café.”³

Hoje até tentam responsabilizar as comunidades pelos

grandes incêndios florestais dos últimos anos, quando quem atea fogo à floresta para que queime e depois estabelece um novo horizonte de monocultivos industriais sem biodiversidade, estufas, pecuária, empreendimentos imobiliários, parques eólicos ou voltaicos, são pessoas a quem a mata atrapalha porque se dedicam ao agronegócio.

A mata e sua vegetação não atrapalham as pessoas que convivem com a selva há milênios. Sua relação é sagrada e sabem cuidá-la. Hoje sabemos que as florestas de grande diversidade não seriam como as conhecemos sem sua relação com os humanos que construíram socialmente seus reequilíbrios ambientais. O natural é o social e o social vem diretamente da relação dos povos com a natureza.

A agricultura de montanha, itinerante, absolutamente não busca promover o desmatamento. Conforme a definição da *Survival International*, “são cultivos rotativos em clareiras abertas para serem cultivadas (normalmente com fogo), que depois deixam regenerar após alguns anos”. Isso configurou sistemas agrícolas complexos ao longo de milênios, que impulsionam a fertilidade e a permanência do ambiente com o qual convivem, numa relação ontológica onde o sagrado tem um grande peso. Usa-se fogo, de uma forma muito controlada, muito planejada. A ideia é aquecer o solo com a cinza, e deixar uma camada de material fértil que sirva de cama para os cultivos, principalmente em encostas íngremes.⁴ É verdade que o aumento desproporcional da população diminui muito as possibilidades dessa agricultura.

O pesquisador Frank H. Wadsworth, em um manual de práticas agrícolas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), aponta que “a agricultura itinerante é talvez o sistema agrícola mais antigo, uma fonte de subsistência para mais de 250 milhões de pessoas nos trópicos”.⁵

As milenares populações guardiãs da floresta são acusadas de incêndios que são manobras de desmatadores e grileiros para mudar o uso da terra, e monopolizar terra e água para suas plantações. As queimadas e a derrubada da vegetação são ações promovidas por monocultivadores que cortam todas as árvores de um terreno selecionado, arrastam toda a vegetação secundária com tratores de esteira e correntes para deixar o solo nivelado, colocam tudo no centro e colocam fogo em uma ação irresponsável e criminoso. 🍌

1 Álvaro Salgado, Santiago Lachiguiri: Respuestas comunitarias ante la política ambiental, Ceccam, Cenami, Pan para el Mundo, 2014

2 Marco Antonio Pérez Martín del Campo. Las tierras de uso común en los ejidos. pdf certificado https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/2301/PerezMartindelCampo_Tierras_040511_Paper215.pdf?sequence=1&isAllowed=y

3 Lori Ann Thrupp, Susan B. Hecht, John O. Browder, Owen J. Lynch, Nabih Megateli y William O'Brien, The Diversity and Dynamics of Shifting Cultivation: Myths, Realities, and Policy Implications, World Resources Institute, 1997. p. 9.

4 Survival International, Agricultura itinerante, <https://www.survival.es/sobre/agricultura-itinerante>.

5 Frank H. Wadsworth, Forest Production for Tropical America, Agriculture Handbook 710, United States Department of Agriculture, Forest Service, diciembre de 1997, capítulo 8.

A revista Biodiversidad, sustento y culturas em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad y en www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accioneologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A **Alianza Biodiversidad** convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação.

Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista **Biodiversidade, sustento e culturas**, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a **Alianza**. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Equipe de Comunicação da Alianza Biodiversidad
Henry Picado

biodiversidadrevista@gmail.com



red de coordinación en biodiversidad



colectivo por la autonomía sátenes locales a.c.

ALIANZA BIODIVERSIDAD



SUSTENTO Y CULTURAS



ANAFEA

